PEDIDO DE EXONERAÇÃO E AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO — ABANDONO DO CARGO

— Se, antes de solucionado o pedido de exoneração, o funcionário falta ao serviço por mais de 30 dias consecutivos, deve-lhe ser aplicada a pena de demissão por abandono do cargo.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

PROCESSO N.º 20.366-44

Parecer: Consulta o Ministério da Fazenda como deve proceder no caso de pedido de exoneração, com fundamento no art. 93, § 1.º, alínea a, do E.F., tendo o interessado se afastado do serviço, sem aguardar a solução final do requerimento ou seja a publicação do decreto de exoneração, no órgão oficial

2. Examinando o assunto, verificou esta D.F. que, salvo os casos previstos no E.F., e entre estes não está o pedido de exoneração dependente de despacho, o funcionário que interrompe o exercício por 30 ou mais dias consecutivos incorre em abandono de cargo (art. 39 do E.F.) e que, assim procedendo, o requerente incidiu na pena de demissão, na forma do item I do art. 238 do E.F.

3. Nestas condições, pode o processo ser restituído ao M.F., para os devidos fins.

Em 8-12-44. — *Henrique Barbosa, D.D.*

De acôrdo. Em 11-12-44. — *Moacyr Briggs, Subst. do Presidente.*